

**Variação do custo da cesta básica em Caçador, Santa Catarina (2022–2024):
tendências, sazonalidades e impactos no poder de compra**

DOI: 10.31994/rvs.v17i1.1077

Leandro Hupalo¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a variação do custo da cesta básica no município de Caçador/SC entre os anos de 2022 e 2024, identificando tendências, sazonalidades e os impactos dessa variação sobre o poder de compra da população local. A metodologia adotada foi quantitativa e descritiva, com base em dados da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (DIEESE) e de órgãos oficiais como o IBGE e o IPEA. Os resultados demonstram oscilações significativas nos preços dos alimentos essenciais, especialmente em função de fatores econômicos, sociais, políticos e climáticos. Observou-se que os produtos que mais aumentaram no período analisado foram o arroz, a batata e o feijão, com forte influência de eventos climáticos e custos produtivos. A análise também revelou que as famílias de baixa renda destinam uma parcela substancial de sua renda à alimentação, enquanto as classes mais altas sentem menor impacto percentual. Conclui-se que as variações no custo da cesta básica refletem desigualdades socioeconômicas persistentes e a necessidade de políticas públicas que assegurem o direito à alimentação adequada e à segurança alimentar.

PALAVRAS-CHAVE: CESTA BÁSICA. INFLAÇÃO. PODER DE COMPRA. SEGURANÇA ALIMENTAR.

¹ Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8914-577X>. Email: leandrohupalo.lh@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Conforme o Decreto Lei nº 399 de 1938 define os principais produtos e quantidades que devem compor a cesta básica nacional, com base na alimentação que um adulto necessita durante um mês trabalhado, como também o salário-mínimo brasileiro. Baseando-se nessa definição, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) realiza mensalmente, em 17 capitais brasileiras, a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, para verificar a variação de preços em cada região e fazer um comparativo do mês anterior, fazendo uma análise de quanto a cesta básica compromete o salário-mínimo do trabalhador e o poder de compra da população.

A mudança de preço dos produtos impacta de forma direta as famílias, especialmente as de menor renda, que reservam a maior parte de seus salários à alimentação, muitas vezes deixando de lado outros itens necessários para a sobrevivência (Kepple; Segall-Corrêa, 2021). Várias podem ser as influências no aumento de preços dos alimentos da cesta básica, como inflação, políticas econômicas, fatores ambientais e custo de insumos agrícolas. Segundo Neckel e Medeiros (2020), a inflação impacta diretamente a definição de preços dos produtos e o reajuste do salário-mínimo, além de dificultar os consumidores sobre os valores que encontrarão ao fazer compras em mercados e supermercados.

Diante desse contexto, o presente estudo se propõe-se a responder à seguinte problemática: Quais os fatores influenciam a variação do custo da cesta básica em Caçador/SC e quais são seus impactos para a população local?

O objetivo deste estudo é analisar os fatores que influenciam a variação do custo da cesta básica em Caçador/SC e quais seus impactos para a população local. Com isso, pretende-se: (a) analisar a variação do custo da cesta básica em Caçador/SC entre 2022 e 2024, identificando tendências e sazonalidades; (b) identificar os principais fatores econômicos, sociais e políticos que influenciam a formação dos preços dos itens da cesta básica na região e; (c) avaliar os impactos

do custo da cesta básica no poder de compra da população de diferentes faixas de renda em Caçador/SC.

Este estudo propõe-se a analisar a dinâmica de preços da cesta básica no município de Caçador/SC no período de 2022 a 2024, buscando compreender os fatores que influenciam sua variação e seus impactos socioeconômicos. Para tanto, são formuladas três hipóteses centrais: (H1) A variação nos preços de alimentos essenciais como arroz, batata e feijão em Caçador/SC, entre 2022 e 2024, é significativamente influenciada por uma combinação de fatores econômicos (inflação, câmbio), sociais (demanda local), políticos (políticas agrícolas) e climáticos (eventos extremos); (H2) As flutuações no custo da cesta básica impactam desproporcionalmente as famílias de baixa renda em Caçador/SC, que destinam uma parcela substancial de sua renda, estimada em cerca de 17%, para a aquisição de alimentos, comprometendo sua segurança alimentar; e (H3) O percentual do salário mínimo necessário para a aquisição da cesta básica em Caçador/SC manteve-se consistentemente elevado, superando a marca de 40% ao longo do período analisado, evidenciando uma persistente dificuldade de acesso a itens essenciais para a população com menor poder aquisitivo.

A presente pesquisa se justifica pela importância do tema para a população local, devido ao impacto social e econômico na qualidade de vida e poder de compra da população caçadoreense, pois a alimentação é a base para sobrevivência de qualquer indivíduo, sendo assim, essencial à análise da relação entre, cesta básica e salário-mínimo. O acesso a alimentação adequada é um direito garantido pela Constituição Federal e Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), que deve implementar políticas de segurança alimentar e nutricional no país, segundo informação compartilhada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2024).

Nesse sentido, uma análise dos preços entre 2022 e 2024 possibilitará na identificação das tendências e sazonalidades das variações de custos da cesta básica, como também nos fatores econômicos, sociais e políticos que influenciam a formação de preço dos itens da cesta básica na região. Segundo o IPEA (2024), a

inflação impacta de forma diferentes as diversas faixas de renda, comprometendo especialmente o orçamento de famílias de baixa renda, principalmente na questão alimentícia.

Portanto, podendo levar informação à população caçadoreense, trazendo uma melhor compreensão sobre o assunto e os efeitos do aumento de preços dos alimentos que compõem a cesta básica nacional. Além disso, compreender os fatores que impactam a formação de preço dos itens essenciais para sobrevivência de um indivíduo pode oferecer novas percepções para os consumidores e comerciantes locais. Consequentemente, é de suma importância, avaliar os impactos do custo da cesta básica em diferentes faixas de renda da população local. De acordo com Neder, Alves Filho e Souza (2015), a fome no Brasil ocorre principalmente pela dificuldade de acesso aos alimentos, mesmo com a capacidade produtiva nacional sendo além das necessidades básicas da população.

Para o alcance dos objetivos propostos, a pesquisa delinea-se como um estudo de natureza quantitativa e descritiva, ancorado em uma pesquisa de campo longitudinal realizada entre os anos de 2022 e 2024 no município de Caçador, Santa Catarina. A coleta de dados fundamentou-se no acompanhamento mensal dos preços dos 13 produtos que compõem a cesta básica nacional (conforme Decreto-Lei nº 399/1938). A amostragem, de caráter não probabilístico por conveniência, selecionou os principais estabelecimentos varejistas de grande e médio porte da cidade, responsáveis pela maior fatia do abastecimento local. Os dados coletados foram tabulados e submetidos à análise estatística descritiva, com o cálculo de números-índices, médias móveis e deflacionamento de valores por meio do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), permitindo a identificação de tendências e ciclos sazonais no custo de vida local.

Esta pesquisa está dividida em cinco capítulos, começando pela introdução. No segundo capítulo aborda a fundamentação teórica. O terceiro capítulo apresenta a metodologia utilizada na realização da pesquisa. No capítulo quatro aborda os resultados e discussão, onde serão apresentados os resultados da pesquisa,

conforme o embasamento teórico abordado no capítulo dois. E por fim no capítulo cinco, apresenta as considerações finais da pesquisa.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O DIEESE iniciou a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (PNCBA) em 1959 na cidade de São Paulo a partir do cálculo do Índice de Custo de Vida (ICV). Os produtos foram estabelecidos pelo Decreto Lei nº 399, contendo 13 alimentos principais e suas quantidades relativas. Com o passar do tempo foi aumentando o número de capitais a serem acompanhados os preços da cesta básica de alimentos (DIEESE, 2016). Assim, dividindo-se nas seguintes regiões: Região 1: Estados do Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal; Região 2: Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins; Região 3: Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina e; Nacional: Cesta normal média para a massa trabalhadora em atividades diversas e para todo o território nacional.

A Tabela 1 apresenta as provisões mínimas mensais por adulto dos produtos que compõe a cesta básica de acordo com o Decreto-Lei 399/1938.

Tabela 1 - Provisões mínimas mensais por adulto estipuladas pelo Decreto-Lei nº 399/1938 por região

Produto	Região 1	Região 2	Região 3	Nacional
Carne	6,0 kg	4,5 kg	6,6 kg	6,0 kg
Leite	7,5 l	6,0 l	7,5 l	15,0 l
Feijão	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg
Arroz	3,0 kg	3,6 kg	3,0 kg	3,0 kg
Farinha	1,5 kg	3,0 kg	1,5 kg	1,5 kg

Batata	6,0 kg	-	6,0 kg	6,0 kg
Legume (Tomate)	9,0 kg	12,0 kg	9,0 kg	9,0 kg
Pão Francês	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg
Café em Pó	600 g	300 g	600 g	600 g
Frutas (Banana)	90 un	90 un	90 un	90 un
Açúcar	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg
Banha/Óleo	750 g	750 g	900 g	1,5 kg
Manteiga	750 g	750 g	750 g	900 g

Fonte: DIEESE (2016).

A inflação é um fator econômico que afeta diretamente o poder de compra da população de países e/ou regiões, principalmente os países em desenvolvimentos e pessoas em situação de pobreza e baixa renda. De acordo com o Banco Central do Brasil (s.d.), a inflação é o aumento contínuo dos preços de bens e serviços. Isso implica na redução do poder de compra da moeda, assim, adquirindo menos produtos com o mesmo valor. A inflação é medida por meio dos diversos índices de preços. O direito à alimentação adequada está previsto no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, reconhecendo a alimentação como direito fundamental para o desenvolvimento do indivíduo, assim como direito à saúde, educação, moradia, trabalho, transporte, lazer, segurança e previdência social (Brasil, 1988).

Pesquisas realizadas pelo DIEESE (2023), comparando o salário-mínimo com o valor da cesta básica de alimentos, verifica-se que, em novembro de 2023, o trabalhador comprometeu, em média, 52,82% do salário líquido apenas com alimentação essencial. Já em novembro de 2022, o comprometimento do salário era maior ainda, atingindo em média, 59,47%, um indicador que demonstra preocupação, embora tenha melhorado levemente de um ano para o outro. Isso evidencia a dificuldade ao acesso a uma alimentação adequada, principalmente para a população mais pobre, devido ao comprimento elevado da renda, somente para alimentação, deixando outros aspectos da vida humana, como segurança e lazer em segundo plano.

O salário-mínimo foi instituído no ano de 1938, com o Decreto-Lei nº 399, durante o governo de Getúlio Vargas, sendo implementado em 1940, por meio do Decreto-Lei nº 2162, no período havia 14 salários diferentes. Só em 1988 com a Constituição Federal, que o salário-mínimo foi assegurado de forma definitiva como direito social, sendo válido para todo o país (Brasil, 1988). Em pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas, Campelo et al. (2022), a inflação elevada causa distorções na economia, gerando incerteza, desorganização, dificuldade na eficiência de funcionamento do mercado e prejudicando o bem-estar, especialmente das pessoas em situações mais vulneráveis na sociedade.

O comportamento dos preços é influenciado diretamente por políticas econômicas como: metas de inflação, juros e políticas fiscais, que são adotadas pelo governo brasileiro. As metas de inflação, quando bem planejadas, podem garantir estabilidade de preços, auxiliando na manutenção do poder de compra da população, dessa forma, reduzindo a falta de acesso a uma alimentação perto do ideal para famílias de baixa renda. Segundo Fabre e Borgert (2022), é dever do estado manter o equilíbrio econômico por meio do controle de oferta e demanda, com o objetivo de reduzir efeitos negativos da inflação promovendo pleno emprego e crescimento econômico.

A taxa Selic é uma importante ferramenta da política monetária, sendo ajustada conforme a necessidade de controlar a inflação. No Brasil, o aumento da taxa Selic é utilizado para conter a pressão inflacionária, reduzir o consumo e desacelerar o aumento dos preços. Em um estudo da Universidade de São Paulo, Sanches (2024), conclui que o impacto da elevação da Selic é lento, observando-se uma mínima redução no índice da inflação mesmo após 24 meses. Isso indica que os efeitos no controle dos preços, se dará, de forma gradual e indireta. Reforçando o argumento, o InfoMoney (2024) explica que o encarecimento de crédito limita a demanda, dessa forma, contribuindo para o controle inflacionário.

Segundo Defendi (2024), os juros elevados aumentam o custo de produção e reduzem o poder de compra do consumidor, principalmente os de baixa renda que dependem dos itens que compõem a cesta básica. Portanto, apesar do uso da Selic

ser para o controle da inflação, ela impacta os preços dos alimentos e o bem-estar da população mais vulnerável, sendo assim necessário um maior cuidado com o controle desta taxa. Nos períodos em que a inflação está dentro da meta ou tende à baixa, o Banco Central pode optar por diminuir a Selic, dessa forma, o consumo tende a aumentar, impulsionando a economia e um ambiente favorável para o desenvolvimento (InfoMoney, 2024).

As mudanças climáticas têm impactado de forma significativa o preço dos alimentos, principalmente nos últimos anos, com o forte número de ondas de calor, enchentes ou secas em todo o mundo. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2024), plantações de algodão, arroz, aveia, milho, soja e trigo têm crescimento prejudicado quando expostas a calor excessivo. Além disso, os efeitos das mudanças climáticas reduzem a disponibilidade de água em aquíferos ou em fontes superficiais, dificultando o crescimento destas plantações. Isso evidencia como as instabilidades climáticas afetam os alimentos do mundo todo, reduzindo o acesso para uma parte da população.

Pesquisa realizada pela Consultive Group on International Agricultural Research (2024) mostra que o feijão-comum, tende a sofrer queda no rendimento e qualidade devido ao estresse hídrico, elevando o preço e reduzindo a oferta. Essa consequência, de menor produção e pior condição do alimento, afetará de forma direta a segurança alimentar de populações em vulnerabilidade. De acordo com Lôbo e Nakabashi (2020), a redução na produção de alimentos, causada pelas mudanças climáticas, pode provocar instabilidade na oferta e períodos de escassez, podendo agravar a fome, em nível global, representando um desafio mundial.

A qualidade do solo e da água é muito importante para a produção de alimentos da cesta básica, como arroz, farinha e feijão, porém a degradação do solo está crescendo de forma ameaçadora em todo o mundo. Segundo The Guardian (2024), cerca de 15 milhões de km² de terra estão degradados, em todo o mundo, prejudicando a capacidade de produção e o fornecimento de alimentos sustentáveis. Além disso, cerca de 33% dos solos do planeta estão degradados, comprometendo a capacidade de produção de alimentos, podendo levar até mil anos para gerar

apenas 2 a 3 centímetros de camada fértil, essa sendo, essencial por fornecer nutrientes necessários para o crescimento das plantas (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 2023).

Os insumos agrícolas representam uma parcela significativa dos custos de produção dos alimentos. Fertilizantes, por exemplo, podem corresponder a até 30% dos gastos na lavoura (Poder360, 2022). No ano de 2021, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, 2021) registrou aumentos superiores a 100% no preço do fertilizante, o que afetou diretamente a produção de grãos e hortaliças. Esses custos acabam elevando o preço dos alimentos que compõem a cesta básica, pois são repassados para os produtos, assim elevando o nível de dificuldade ao acesso à alimentação adequada.

Apesar de registrar queda nos preços dos fertilizantes em 2023 (Brasil, 2023), ainda há incertezas quanto à regularidade do abastecimento desses insumos, o que afeta de forma direta os produtores, especialmente os que produzem em menor escala. Com uma capacidade menor de adaptação, dos pequenos produtores, o custo acaba sendo percebido de uma forma maior. Com isso, a FAO (2022) destaca que a volatilidade dos preços e disponibilidades de insumos representa uma ameaça à segurança alimentar, principalmente em países em desenvolvimento, onde existe um índice maior de vulnerabilidade.

Famílias de baixa renda precisam direcionar, grande parte do salário que recebem somente para alimentação básica, dessa forma não conseguem conciliar seus gastos, ficando endividadas e em situação de maior vulnerabilidade. Segundo estudo realizado entre 2017 e 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2020), as famílias que são responsáveis pelas despesas não possuem instrução apresentam uma despesa média de R\$776, 29 sendo 30,9% com habitação, 18,5% alimentação, representando 143,76 per capita. Pesquisa realizada pelo Instituto Locomotiva, citado pela Agência Brasil (2023), apresentou um percentual de mais de 50% dos gastos da classe D e E, são destinados à alimentação.

Famílias com renda média também sentem os efeitos dos preços altos, porém conseguem se adaptar de forma que não prejudique tanto seus gastos. No entanto, a inflação, trazendo consigo o aumento dos preços prejudica o poder de compra destas famílias e reduz a qualidade da alimentação, devido ao indivíduo recorrer a produtos alimentícios de menor qualidade. De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Locomotiva, citado pela Agência Brasil (2023), constatou que famílias de classe C dedicam cerca de um terço da sua renda mensal à alimentação. Em um estudo realizado pelo IBGE (2020) constatou que os responsáveis pelas despesas têm nível de escolaridade do ensino superior, registram valores com gastos mensais, em média, R\$4.230,44. Onde os gastos com alimentação representam 10,01%.

Nas famílias de alta renda, o impacto acaba sendo menor, já que estas destinam um menor valor às despesas com alimentação, devido a serem mais estáveis financeiramente. No entanto, também podem sentir algum impacto nos gastos com alimentação, assim como qualquer outra classe, seja devido a planejamentos orçamentários ou escolhas alternativas de alimentos e práticas sustentáveis. Segundo levantamento da Agência Brasil (2022), metades dos consumidores afirmaram que verificam se os produtos utilizam alguma prática sustentável. Isso indica uma mudança de comportamento, buscando alinhar sustentabilidade com planejamento.

A inflação, caracterizada pelo aumento contínuo e generalizado do nível de preços, desdobra-se classicamente a partir de pressões de demanda ou de oferta. A inflação de demanda ocorre quando a procura por bens e serviços supera a capacidade produtiva instalada da economia, frequentemente impulsionada pelo aumento da renda disponível, expansão do crédito ou gastos públicos elevados (Mishkin, 2020). Por outro lado, a inflação de oferta (ou de custos) decorre de choques exógenos que elevam os custos de produção, tais como quebras de safra agrícola, valorização cambial que encarece insumos importados e aumentos nos preços de commodities energéticas, como o petróleo (Blanchard, 2017). No caso dos alimentos que compõem a cesta básica, a literatura aponta uma forte

prevalência da inflação de oferta, dada a vulnerabilidade do setor agropecuário a fatores climáticos e sazonais.

A estrutura de consumo das famílias de baixa renda é fortemente impactada por essas oscilações. A cesta de consumo de produtos alimentícios básicos, normatizada no Brasil pelo Decreto-Lei nº 399/1938, funciona como o indicador padrão para mensurar o dispêndio mínimo necessário para a reprodução da força de trabalho. Conforme a Lei de Engel, à medida que a renda familiar diminui, maior é a proporção dos rendimentos alocada na aquisição de alimentos de subsistência (Souza, 2018). Portanto, flutuações nos preços desses itens possuem um efeito regressivo, penalizando severamente as classes mais vulneráveis.

Para conter as pressões inflacionárias, as autoridades governamentais utilizam-se de políticas econômicas e monetárias. A política monetária contrafaz a inflação majoritariamente por meio da manipulação da taxa básica de juros (Taxa Selic, no contexto brasileiro). O aumento dos juros encarece o crédito e desestimula o consumo e o investimento, atuando diretamente na contenção da inflação de demanda (Mishkin, 2020). Contudo, o uso da política monetária rígida apresenta limites quando a inflação é gerada por choques de oferta (como a alta de alimentos em Caçador/SC), uma vez que a elevação de juros não possui o poder de regular o regime de chuvas ou o preço internacional dos fertilizantes, gerando, por vezes, um cenário de estagnação econômica acompanhada de inflação (Blanchard, 2017).

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada na presente pesquisa é de abordagem quantitativa e descritiva, com o objetivo de mensurar as variações nos preços dos itens da cesta básica e compreender os fatores que impactam sua formação ao longo do período de 2022 a 2024. As pesquisas de abordagem quantitativa utilizam dados numéricos e recursos estatísticos que permitem representar características de grupos e fenômenos, além de identificar possíveis relações entre as variáveis analisadas (Gil,

2019). Esse tipo de abordagem permite a análise objetiva e numérica das informações, fornecendo uma base sólida para avaliar tendências e impactos econômicos sobre o direito à alimentação adequada.

A pesquisa é classificada como descritiva, pois busca observar, registrar e analisar fenômenos sem interferir neles, descrevendo as características de determinada realidade. No caso, essa realidade refere-se ao comportamento dos preços dos alimentos básicos consumidos pela população e como essas oscilações podem afetar o bem-estar social e o desenvolvimento humano. De acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2013), os estudos descritivos têm como objetivo identificar e detalhar as principais características, propriedades e aspectos relevantes de um fenômeno, permitindo compreender o comportamento e as tendências de determinado grupo ou população.

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, baseada em fontes secundárias. Segundo Gil (2019), pesquisa documental utiliza materiais e registros que ainda não passaram por uma análise detalhada, permitindo ao pesquisador reinterpretar essas informações de forma crítica e adaptada aos objetivos do estudo. Foram utilizados dados extraídos de publicações oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Ministério da Economia, além de artigos científicos, revistas acadêmicas e relatórios de organizações, como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) amplamente divulgados na mídia local e regional.

A coleta de preços foi realizada mensalmente entre janeiro de 2022 e dezembro de 2024 em estabelecimentos comerciais localizados no município de Caçador/SC. O critério para a seleção dos estabelecimentos foi intencional (amostragem não probabilística por julgamento), selecionando-se os 4 (quatro) maiores supermercados do município em termos de fluxo de consumidores e área de vendas, conforme dados da associação comercial local. A escolha justifica-se pelo fato de esses estabelecimentos centralizarem o comportamento de compra da

maior parcela da população caçadoreense, garantindo que os preços coletados refletem a realidade de consumo local.

Embora a amostragem não seja probabilística, impossibilitando a generalização estatística estrita para pequenos comércios de bairro, o método possui elevada representatividade prática e relevância amostral, visto que o volume de vendas concentrado nesses grandes varejistas dita o comportamento de preços e o equilíbrio de mercado na região. Para salvaguardar a homogeneidade da série histórica, coletou-se sempre o menor preço disponível para cada um dos 13 itens da cesta nacional, evitando distorções decorrentes de marcas premium e capturando o comportamento do consumidor de baixa renda que busca a maximização do seu orçamento (DIEESE, 2023). Os valores nominais obtidos foram deflacionados para preços de dezembro de 2024 utilizando o IPCA/IBGE, viabilizando a análise de séries temporais livres do ruído inflacionário macroeconômico.

Por fim, a metodologia adotada permitiu fundamentar a discussão sobre os impactos da inflação nos alimentos, o papel das políticas públicas e a garantia do acesso à alimentação adequada, favorecendo a identificação de possíveis caminhos para minimizar os efeitos negativos sobre as famílias de baixa renda e fomentar o desenvolvimento social com base na segurança alimentar. Dessa forma, a metodologia adotada forneceu uma base empírica e conceitual sólida para analisar o comportamento dos preços da cesta básica e compreender seus efeitos sobre o poder de compra e a segurança alimentar da população local.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compreender o real impacto da inflação sobre o bolso do consumidor, faz-se indispensável distinguir as grandezas nominais das reais. A variação nominal reflete estritamente a alteração absoluta dos preços em moeda corrente ao longo do tempo, sem considerar a perda do poder de compra decorrente da inflação geral

(Vasconcellos, 2019). Em contrapartida, a variação real isola o efeito inflacionário, expressando o efetivo ganho ou perda de poder aquisitivo.

Sob a ótica do bem-estar econômico, um aumento nominal no preço da cesta básica não implica necessariamente um empobrecimento do indivíduo, desde que o salário nominal cresça em proporção idêntica ou superior no mesmo período. Ocorre perda de poder de compra real quando o custo dos alimentos essenciais evolui acima do reajuste do salário-mínimo ou dos rendimentos médios da população local (DIEESE, 2023). Assim, a mensuração do salário-mínimo real, calculado pela razão entre o salário nominal e o custo da cesta, permite mapear se o tempo de trabalho necessário para adquirir o sustento básico expandiu ou retraiu ao longo da série temporal investigada.

A análise dos dados da cesta básica em Caçador demonstra variações constantes entre os meses dos anos de 2022 a 2024. O valor médio mensal de 2022 foi de R\$579,00, com alta em abril (R\$629,79) e queda em agosto (R\$550,27). No ano de 2023 apresentou uma média de R\$584,84 com oscilação no mês de dezembro (R\$626,12). Já em 2024 a média foi de R\$602,50 atingindo o maior valor em dezembro (R\$678,59) e o menor valor em fevereiro (R\$565,15).

A Tabela 2 apresenta a variação, em R\$, dos produtos que compõem a cesta básica entre 2022 e 2024.

Tabela 2 - Variação mensal da cesta básica em Caçador (2022-2024)

Mês	2022	2023	2024
Jan	506,02	604,22	605,18
Fev	568,18	574,38	565,15
Mar	616,56	571,92	631,48
Abr	629,79	587,04	592,9
Mai	624,33	595,14	606,21
Jun	589,80	608,91	591,30
Jul	562,11	569,75	594,76
Ago	550,27	609,62	584,36

Set	564,94	559,27	578,68
Out	582,31	559,92	604,84
Nov	567,10	551,88	596,45
Dez	586,45	626,12	678,59

Fonte: os autores (2025).

A análise dos valores evidencia o comportamento sazonal dos preços, influenciado por fatores econômicos e climáticos. Em 2022, os aumentos de março a maio refletem o cenário inflacionário e a alta dos insumos agrícolas decorrentes da guerra entre Rússia e Ucrânia, conforme observado por CNA (2021) e Poder360 (2022). Esses eventos elevaram o custo dos fertilizantes e, consequentemente, o preço final dos alimentos.

Em 2023, a manutenção de valores elevados demonstra a persistência de uma inflação alimentar estrutural, apontada por Campelo et al. (2022), que afeta com maior intensidade as famílias de baixa renda. Essa tendência confirma a análise de Fabre e Borgert (2022) sobre o papel das políticas econômicas e da taxa Selic na estabilidade de preços, uma vez que o controle monetário tem impacto lento e desigual, como ressalta Sanches (2024).

A Tabela 3 apresenta a variação, em %, dos produtos que compõem a cesta básica entre 2022 e 2024.

Tabela 3 - Variação dos preços dos produtos que compõem a cesta básica entre 2022 e 2024

Produto	Var (%)	Var (%)	Var (%)
	2022→2023	2023→2024	2022→2024
Açúcar	1,70%	8,30%	10,20%
Arroz	20,60%	28,50%	54,90%
Banana	-1,70%	10,00%	8,10%
Batata	-0,50%	38,90%	38,20%

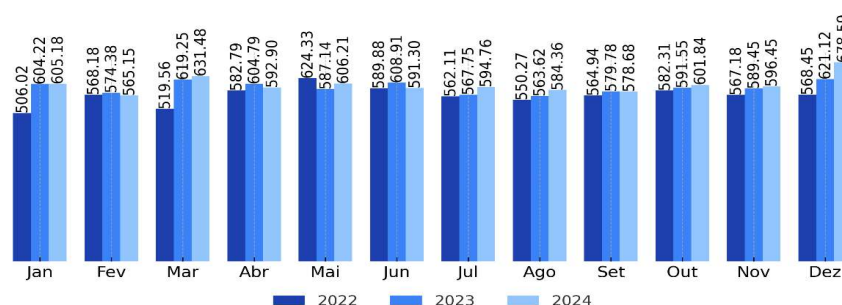
Café moído (vácuo)	-7,70%	18,40%	9,30%
Carne (alcatra c/ osso)	-2,30%	-2,40%	-4,70%
Farinha de trigo	-2,70%	-12,80%	-15,10%
Feijão preto	9,40%	11,30%	21,70%
Leite longa vida	-3,30%	7,10%	3,60%
Manteiga	2,30%	-1,70%	0,50%
Óleo de soja	-27,70%	2,20%	-26,10%
Pão francês	7,70%	4,20%	12,20%
Tomate	12,30%	-5,40%	6,20%

Fonte: os autores (2025).

No ano de 2022, observou-se um aumento elevado nos meses de março (R\$ 616,56), abril (R\$ 629,79) e maio (R\$ 624,33), o que pode estar relacionado à inflação que era de 5,79%, um valor superior à meta de inflação de 3,75%, e também ao conflito entre Rússia e Ucrânia, devido à Rússia ser uma das principais fornecedoras de fertilizantes ao Brasil. Além disso, o aumento dos preços dos combustíveis impactou os custos de transporte de alimentos, esses fatores impactaram de forma direta o agronegócio brasileiro.

O Gráfico 1 aponta a variação mensal, em R\$, entre 2022 e 2024.

Gráfico 1 - Variação mensal (2022-2024)

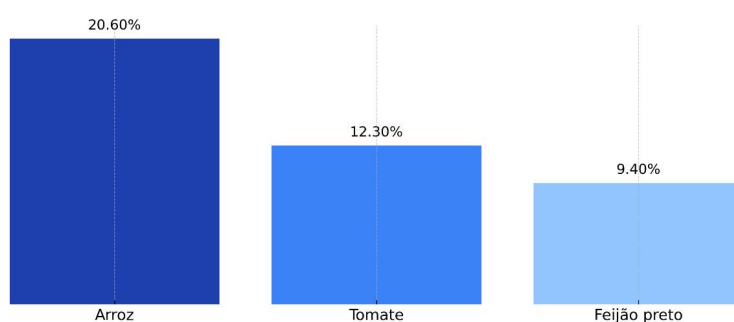


Fonte: os autores (2025).

As oscilações mensais confirmam a vulnerabilidade do setor alimentar a fatores externos. Segundo a ONU (2024) e a FAO (2022), eventos climáticos extremos, secas, enchentes e ondas de calor, têm reduzido a produtividade agrícola e aumentado os custos de transporte e armazenamento.

Esses efeitos se manifestam de forma evidente nos meses de pico, reforçando o alerta de Lôbo e Nakabashi (2020) sobre o risco de instabilidade da oferta de alimentos. Assim, o comportamento dos preços observados em Caçador reflete não apenas a dinâmica local, mas também a interdependência da economia brasileira com o mercado global de insumos e produtos agrícolas.

Gráfico 2 - Maiores aumentos percentuais (2022 – 2023)

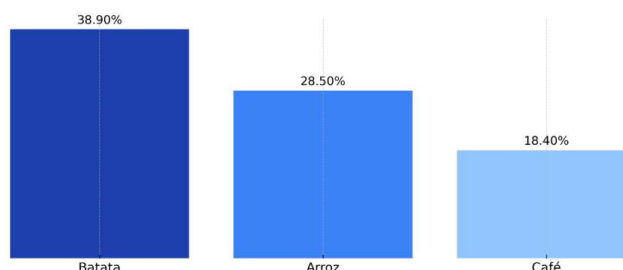


Fonte: os autores (2025).

O destaque para arroz, tomate e feijão demonstra a influência dos fatores climáticos e logísticos sobre produtos essenciais à dieta brasileira. Segundo o DIEESE (2023), esses itens compõem a base calórica da população e são sensíveis a variações de safra e custos de transporte.

O aumento expressivo de 2022 para 2023 pode ser interpretado à luz das observações de Defendi (2024), que relaciona juros elevados ao encarecimento do crédito agrícola e, por consequência, ao aumento dos preços da cesta básica. Essa elevação reforça o argumento de Kepple e Segall-Corrêa (2011) de que o aumento dos preços compromete a segurança alimentar, especialmente entre os grupos mais vulneráveis.

Gráfico 3 - Maiores aumentos percentuais (2023-2024)

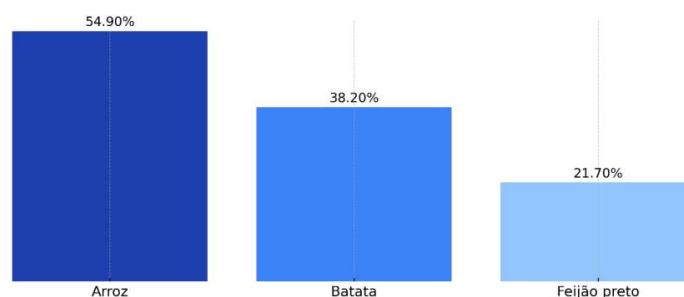


Fonte: os autores (2025).

Nos anos de 2023 e 2024, as maiores elevações de preços ocorreram em novembro, correspondendo a R\$626,12 e R\$678,59, respectivamente, as causas principais estão relacionadas aos eventos climáticos (secas e enchentes), que afetaram diversos alimentos. O arroz foi um dos alimentos que teve maior impacto, devido às enchentes que ocorreram no país, principalmente no Rio Grande do Sul, que é um dos maiores produtores de arroz do país (Brasil de Fato, 2025). No ano 2023 e 2024 o alimento teve um aumento de 28,50% no preço e 54,90% de 2022 para 2024, sendo o produto que mais teve alta no preço durante os 3 anos.

O Gráfico 4 aponta os itens da cesta básica com maior aumento percentual entre 2022 e 2024.

Gráfico 4 - Itens com maiores aumentos percentuais de 2022 a 2024



Fonte: os autores (2025).

O aumento acumulado de 2022 a 2024, com destaque novamente para o arroz, evidencia a persistência da inflação de alimentos, fenômeno que o Banco

Central (2025) define como perda de poder aquisitivo e redução da capacidade de consumo. Mesmo com políticas de contenção monetária, a inflação alimentar mantém-se acima da meta, conforme indicam os dados do IBGE (2025). Essa realidade confirma o que Campelo et al. (2022) chamam de “inflação seletiva”, em que bens essenciais sobem mais que os demais, agravando desigualdades sociais e territoriais.

De acordo com dados do IBGE, divulgados pelo portal E-Investidor (2024), a classe média baixa no Brasil são consideradas as famílias com renda mensal entre R\$ 3.500,00 e R\$ 8.300,00, a classe média alta entre R\$ 8.300,00 e R\$ 26.000,00, e a classe alta aquelas com rendimentos superiores a R\$ 26.000,00. Através desses dados, foi possível estimar o comprometimento percentual, de cada classe, somente com alimentos que compõem a cesta.

A Tabela 4 evidencia o percentual de comprometimento da renda mensal.

Tabela 4 - Comprometimento da renda mensal

2022	2023	2024
16,54 %	16,71 %	17,21 %
6,98 %	7,05 %	7,26 %
2,23 %	2,25 %	2,32 %

Fonte: os autores (2025).

Os resultados demonstram uma clara assimetria no comprometimento da renda entre as diferentes classes sociais. Enquanto famílias de menor renda destinam cerca de 17% do salário à alimentação básica, as de maior renda comprometem menos de 3%, revelando a desigualdade apontada por Neder et al. (2015) e Agência Brasil (2023).

Essa disparidade reforça a tese de Kepple e Segall-Corrêa (2011) de que a segurança alimentar depende não apenas da oferta de alimentos, mas também do acesso econômico, condicionado pela renda e pelo nível de escolaridade. O dado confirma o papel central da alimentação como indicador de exclusão social e

vulnerabilidade econômica. Agora, se levamos em consideração o salário-mínimo dos anos de 2022 a 2024, é possível verificar uma porcentagem ainda maior do salário destinado à alimentação.

A Tabela 5 evidencia o percentual de comprometimento do salário-mínimo.

Tabela 5 - Comprometimento salário-mínimo (%)

Ano	Salário mínimo	%
2022	R\$ 1.212,00	47,77
2023	R\$ 1.302,00	44,92
2024	R\$ 1.412,00	42,67

Fonte: os autores (2025).

Embora o percentual de comprometimento tenha diminuído ligeiramente de 2022 a 2024, a queda decorre mais do reajuste do salário-mínimo do que de reduções efetivas nos preços. Essa relação evidencia o que Fabre e Borgert (2022) denominam de “efeito compensatório limitado”, em que ganhos nominais salariais não acompanham a elevação do custo de vida.

Além disso, o IPEA (2024) destaca que a inflação alimentar incide de maneira regressiva sobre as famílias de menor renda, ampliando o hiato de consumo. Assim, a manutenção de um índice superior a 40% de comprometimento da renda mínima revela a precarização do poder de compra e o desafio de concretizar o direito à alimentação previsto no art. 6º da Constituição Federal (1988).

Em 2022, um trabalhador que recebia o salário mínimo destinava 47,77% da renda mensal apenas para garantir os itens da cesta, que corresponde somente à alimentação necessária. Em 2023, o percentual reduziu para 44,92%, e em 2024, para 42,67%, mas ainda correspondendo a uma porcentagem elevada do salário-mínimo. Essa redução se deve mais ao reajuste do salário-mínimo do que a uma redução de preços dos alimentos.

Mesmo assim, o aumento dos preços em Caçador segue a tendência estadual e nacional. Segundo o IBGE (2025), o Índice Nacional de Preços ao

Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação acumulada de 5,79% em 2022, 4,62% em 2023 e 4,83% em 2024. Ainda que os índices gerais mostram estabilidade, os alimentos e bebidas mantiveram crescimento acima da média, caracterizando uma inflação alimentar persistente, que impacta de forma mais acentuada as famílias de baixa renda.

Os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (Brasil, 2024) indicam que a remuneração média da população de Caçador/SC apresentou aumentos moderados entre 2022 e 2024, variando de acordo com a escolaridade. A Tabela 6 apresenta a evolução da remuneração média por escolaridade entre 2022 e 2024.

Tabela 6 - Evolução da remuneração média por escolaridade em Caçador/SC – (2022 – 2024)

Escolaridade	2022 (R\$)	2023 (R\$)	2024 (R\$)	Var 22– 23 (%)	Var 23– 24 (%)	Var 22– 24 (%)
Analfabeto	2.607,89	2.846,35	2.994,50	+9,14	+5,20	+14,82
Fundamental	2.911,68	3.051,72	3.104,30	+4,80	+1,72	+6,61
Médio	3.311,67	3.430,69	3.468,48	+3,59	+1,10	+4,73
Superior	6.804,12	6.937,94	7.062,18	+1,96	+1,79	+3,79

Fonte: os autores (2025).

Os dados da RAIS confirmam a forte correlação entre escolaridade e renda, apontada pelo IBGE (2020). Trabalhadores com menor nível de instrução obtêm rendimentos insuficientes para garantir o consumo alimentar adequado, situação que agrava as desigualdades locais.

O aumento de +14,82% entre os analfabetos, embora superior em termos relativos, não representa ganho real quando confrontado com o aumento acumulado dos alimentos. Conforme argumentam Neder, Alves Filho e Souza (2015), a insuficiência de renda é um dos principais determinantes da fome no Brasil, mesmo diante da abundância produtiva nacional.

Esses resultados reforçam a importância das políticas de valorização salarial e de formação educacional como instrumentos de promoção da segurança alimentar e de redução das desigualdades socioeconômicas, bem como, evidenciam a perda de poder de compra das famílias de menor renda e escolaridade, impactando diretamente o acesso à alimentação adequada dessa parcela da população, agravando assim a segurança alimentar local.

De modo geral, as análises apontam que a inflação alimentar, as mudanças climáticas e as disparidades socioeconômicas formam um ciclo interdependente que afeta diretamente o custo da cesta básica e o bem-estar das famílias. O caso de Caçador ilustra uma realidade nacional, conforme observa Campelo et al. (2022) e FAO (2022), em que o aumento dos preços dos alimentos ultrapassa o crescimento da renda, comprometendo a segurança alimentar e o desenvolvimento social sustentável.

Assim, os resultados discutidos convergem para a necessidade de políticas públicas integradas, que articulem planejamento econômico, sustentabilidade ambiental e inclusão social, conforme preconizado por Fabre e Borgert (2022) e Kepple e Segall-Corrêa (2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, os resultados demonstram que o aumento contínuo do custo da cesta básica em Caçador reflete os efeitos combinados da inflação alimentar, das variações climáticas e das desigualdades de renda. Embora o salário-mínimo e a remuneração média tenham apresentado reajustes no período analisado, esses ganhos não compensam plenamente a elevação dos preços dos alimentos, comprometendo o poder de compra das famílias e agravando a insegurança alimentar local.

Assim, políticas públicas voltadas à valorização salarial, incentivo à produção agrícola regional e fortalecimento dos programas de segurança alimentar são

essenciais para reduzir os impactos econômicos e garantir o direito à alimentação adequada previsto na Constituição Federal.

Os resultados evidenciaram que, ao longo do período analisado, o valor médio da cesta básica apresentou variação acumulada de 4,06%, refletindo o aumento contínuo do custo dos alimentos essenciais. Produtos como arroz, batata e feijão foram os principais responsáveis por essa elevação, influenciados por fatores externos, como os efeitos climáticos, o aumento dos combustíveis e a dependência de insumos importados, especialmente fertilizantes. Esses fatores contribuíram para encarecer o custo de vida e reduzir o poder de compra das famílias de menor renda.

Verificou-se que, embora o salário-mínimo e a remuneração média dos trabalhadores tenham apresentado reajustes entre 2022 e 2024, o aumento não foi suficiente para compensar a alta dos alimentos, resultando em perda real de poder aquisitivo. Famílias de baixa renda continuam destinando quase metade de sua renda para garantir apenas a alimentação básica, enquanto as de maior renda comprometem menos de 3%, o que evidencia a desigualdade socioeconômica existente e seus reflexos na segurança alimentar. Essa realidade reforça a importância de políticas públicas voltadas à valorização da renda, incentivo à agricultura regional e fortalecimento dos programas de segurança alimentar, a fim de mitigar os efeitos das variações econômicas sobre as famílias mais vulneráveis.

As análises conduzidas ao longo deste estudo permitiram validar as hipóteses inicialmente propostas. Em relação à primeira hipótese (H1), os dados coletados confirmaram a ocorrência de flutuações significativas nos preços dos alimentos essenciais, como arroz, batata e feijão, e a correlação dessas variações com os fatores econômicos, sociais, políticos e climáticos investigados. A segunda hipótese (H2) também foi corroborada, demonstrando que o impacto do aumento do custo da cesta básica é, de fato, mais acentuado sobre as famílias de baixa renda em Caçador/SC, que continuam a destinar uma parcela desproporcional de seus rendimentos à alimentação. Por fim, a terceira hipótese (H3) foi igualmente validada, uma vez que a pesquisa evidenciou a persistência de um alto comprometimento do salário-mínimo com a aquisição da cesta básica, frequentemente superando 40% de

seu valor, o que ressalta a contínua pressão sobre o poder de compra e a necessidade de políticas públicas eficazes para mitigar tais efeitos.

Como limitação, destaca-se que os dados analisados se referem a fontes secundárias e abrangem apenas informações até a divulgação parcial da RAIS 2024, o que restringe uma análise mais ampla sobre o comportamento recente dos preços e dos rendimentos. Sugere-se, para estudos futuros, a ampliação da pesquisa para outros municípios catarinenses e a inclusão de variáveis relacionadas ao consumo alimentar, perfil socioeconômico e impacto das políticas públicas de assistência social.

Em síntese, o estudo contribui para a compreensão dos impactos econômicos e sociais da inflação alimentar no contexto local, reforçando a necessidade de ações governamentais e estratégias regionais que promovam o acesso digno e contínuo à alimentação adequada, conforme previsto pela Constituição Federal de 1988.

AGRADECIMENTOS

Este artigo foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) “Edital 19/2024” e pelo Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP) da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

Variation in the cost of the basic food basket in Caçador, Santa Catarina (2022–2024): trends, seasonality, and impacts on purchasing power

ABSTRACT

This study aims to analyze the variation in the cost of the basic food basket in the municipality of Caçador/SC between 2022 and 2024, identifying trends, seasonal

patterns, and the impacts of these changes on the purchasing power of the local population. The methodology adopted was quantitative and descriptive, based on data from the National Survey of the Basic Food Basket (DIEESE) and official sources such as IBGE and IPEA. The results show significant fluctuations in the prices of essential food items, particularly due to economic, social, political, and climatic factors. It was observed that the products with the highest price increases during the analyzed period were rice, potatoes, and beans, strongly influenced by climatic events and production costs. The analysis also revealed that low-income families allocate a substantial portion of their income to food, while higher-income groups experience a lower percentage impact. It is concluded that variations in the cost of the basic food basket reflect persistent socioeconomic inequalities and highlight the need for public policies that ensure the right to adequate food and food security.

KEYWORDS: BASIC FOOD BASKET. INFLATION. PURCHASING POWER. FOOD SECURITY.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Classe C gasta um terço dos rendimentos com alimentação.** Agência Brasil, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-04/classe-c-gasta-um-terco-dos-rendimentos-com-alimentacao>. Acesso em: 14 jun. 2025.

AGÊNCIA BRASIL. **Concern with environment reflects in Brazilian consumption habits.** Brasília: Agência Brasil, 18 nov. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/en/economia/noticia/2022-11/concern-environment-reflects-brazilian-consumption-habits>. Acesso em: 14 jun. 2025.



BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é inflação.** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao>. Acesso em: 10 maio 2025.

BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia. 7. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.

BRASIL DE FATO. **O que explica a alta no preço dos alimentos? | BdF Explica.** 2025. Disponível em: <https://youtu.be/Sc8sPIGUf9Q?si=jDdBu3kkDWmaDvtQ>. Acesso em: 03 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 399, de 30 de abril de 1938.** Câmara dos Deputados. Disponível: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=227039. Acesso em: 18 mar. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 mar. 2026.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Painel de Informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS): divulgação parcial – ano-base 2024** [base de dados]. Brasília, DF: MTE, 2024. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiNjk3M2lwZDYtOGQzMS00YmE1LWE3M2MtZWVjODQ4NTk3YTQ2liwidCI6IjNIYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTtk3OCJ9>. Acesso em 01 nov. 2025.

CAMPELO, Aloísio; et al. **A pressão da inflação da pandemia sobre as famílias mais pobres.** Rio de Janeiro: FGV, 2022. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/pressao-inflacao-pandemia-sobre-familias-mais-pobres>. Acesso em: 14 maio 2025.

CGIAR CCAFS. **Climate change will reduce nutritional quality of diets from staple crops in Africa.** CGIAR, 2024. Disponível em: <https://ccafs.cgiar.org/media/press-release/climate-change-will-reduce-nutritional-quality-diets-staple-crops-africa>. Acesso em: 30 maio 2025.



CNA. CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. **Preços dos insumos subiram mais de 100 % em 2021**. Canal Rural, 28 out. 2021. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/agricultura/precos-dos-insumos-subiram-em-2021/>. Acesso em: 30 maio 2025.

DEFENDI, Gustavo. **Juros voltam a subir e devem ter impacto direto na cesta básica**. Canal Rural, 2024. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/economia/juros-voltam-a-subir-e-devem-ter-impacto-direto-na-cesta-basica/>. Acesso em: 15 maio 2025.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Análise da cesta básica de alimentos – Novembro de 2023**. São Paulo: DIEESE, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2023/202311cestabasica.pdf>. Acesso em: 10 maio 2025.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Metodologia da Cesta Básica de Alimentos**. Disponível: <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2025.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/analiseCestaBasica202012.html>. Acesso em: 10 maio 2025.

E-INVESTIDOR. **Você sabe em qual classe social está? Entenda como o IBGE faz a divisão de renda no Brasil**. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 2024. Disponível em: [https://einvestidor.estadao.com.br/radar-einvestidor/classe-media-brasil-veja-valores-separam-faixas-sociais/#:~:text=Classe%20m%C3%A9dia%20baixa%20\(C\);,de%204%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o\).](https://einvestidor.estadao.com.br/radar-einvestidor/classe-media-brasil-veja-valores-separam-faixas-sociais/#:~:text=Classe%20m%C3%A9dia%20baixa%20(C);,de%204%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o).)

FABRE, V. V.; BORGERT, A. Comportamento dos Custos nos Governos Locais sob a Ótica da Teoria das Finanças Públicas. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 24, n. 4, p. 723–738, out. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgn/a/GNhYJMvBknmsn3Fk4Ltvrgq/>. Acesso em: 11 maio 2025.



FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **The State of Food and Agriculture 2022: Leveraging automation in agriculture for transforming agrifood systems**. Rome: FAO, 2022. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cb9479en/cb9479en.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2025.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Um terço dos solos do mundo está degradado, alerta FAO**. ONU News, 2023. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/12/1824382>. Acesso em: 30 maio 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597020991>. Acesso em: 01 nov. 2025.

GUARDIAN. **Land degradation expanding by 1m sq km a year, study shows**. Londres: The Guardian, 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2024/dec/01/land-degradation-expanding-by-1m-sq-km-a-year-study-shows>. Acesso em: 30 maio 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares: 2017-2018 – Perfil das despesas no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101761.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Inflação**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 02 nov. 2025.

IPEA. Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. **Inflação por faixa de renda – abril de 2024**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2024/05/240517_cc_63_nota_12_ifr_abr_24.pdf. Acesso em: 14 jun. 2025.

IPEA. Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Disponível em: <https://ipea.gov.br/participacao/conselhos/conselho-nacional-de-combate-a-discriminacao-lgbt/133-conselho-nacional-seguranca-alimentar-e-nutricional/269-conselho-nacional-seguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 14 jun. 2025.



INFOMONEY. **Taxa Selic: O que é, para que serve e como influencia seus investimentos.** 2024. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/guias/taxa-selic/>. Acesso em: 14 maio 2025.

KEPPLE, Anne Walleser; SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 187-199, 2011. Disponível: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2011.v16n1/187-199/pt> Acesso em: 19 mar. 2025.

LÔBO, Thiago Pereira; NAKABASHI, Luciano. Além do PIB per capita: Ensaio sobre medidas de bem-estar para os estados brasileiros. **Revista Brasileira de Economia**, v. 74, n. 3, p. 325-351, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbe/a/SDGvCL73YBfyjQTcvbPQg4n/?lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2025.

MISHKIN, Frederic S. Moeda, Bancos e Mercados Financeiros. 11. ed. São Paulo: Pearson, 2020.

NECKEL, Gabriele Borille; MEDEIROS, Bruna Taize de. Análise do custo da cesta básica em Concórdia-SC. **Ágora: revista de divulgação científica**, [S.L.], v. 25, p. 40-56, 9 jul. 2020. Universidade do Contestado - UnC. Disponível: <http://dx.doi.org/10.24302/agora.v25i0.2196>. Acesso em: 20 mar. 2025.

NEDER, H.; ALVES FILHO, N.; SOUZA, S.. Acesso à Renda e Inflação de Preços de Alimentos no Brasil: análise dos efeitos do programa Bolsa Família. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 1, p. 51-70, jan. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/DNwrC5s8MJGSNTHLfcBnDyb/?lang=pt>. Acesso em: 14 jun. 2025.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **World Economic Situation and Prospects: July 2024 Briefing, No. 182.** New York: United Nations, 2024. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/dpad/publication/world-economic-situation-and-prospects-july-2024-briefing-no-182/>. Acesso em: 30 maio 2025.

PODER360. **Fertilizantes representam até 30 % dos custos agrícolas.** Poder360, 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/fertilizantes-representam-ate-30-dos-custos-agricolas/>. Acesso em: 30 maio 2025.



SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, María D. P B. **Metodologia de pesquisa**. 5. Ed. Porto Alegre: Penso, 2013. E-book. Pág.102. ISBN 9788565848367. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788565848367/>. Acesso em: 02 nov. 2025.

SOUZA, Nali de Jesus de. *Introdução à Economia*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. *Economia: micro e macro*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

Recebido em 20/05/2026

Publicado em 04/09/2026